



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

CONCURSO PÚBLICO



CARGO: ANALISTA AMBIENTAL

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo/tema a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e no seu caderno de textos definitivos da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/tema a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- 6** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.



OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Denomina-se política ambiental o conjunto de
decisões e ações estratégicas que visam promover a
conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. A
4 política ambiental, portanto, tem relação direta com todas as
demais políticas que promovam o uso dos recursos. Por isso,
embora a responsabilidade pelo seu estabelecimento seja dos
7 órgãos ambientais, todas as demais áreas de governo têm um
papel a cumprir na execução das políticas ambientais.

No Brasil, as primeiras iniciativas governamentais
10 para instituir mecanismos para a gestão ambiental datam do
início do século XIX, com a criação do Jardim Botânico, no
Rio de Janeiro, e do Serviço Florestal, que funcionou de 1921
13 a 1959, sucedido pelo Departamento de Recursos Naturais
Renováveis e, em 1967, pelo Instituto Brasileiro de
Desenvolvimento Florestal (IBDF). Em 1973, foi criada a
16 Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Mas foi a Lei
da Política Nacional de Meio Ambiente, de 1981, que
estabeleceu a estrutura formal do Sistema Nacional do Meio
19 Ambiente (SISNAMA), integrado por órgãos federais,
estaduais e municipais e por entidades ambientalistas, setores
empresariais (indústria, comércio e agricultura), populações
22 tradicionais e indígenas e comunidade científica.

Em 1985, foi criado o Ministério do Desenvolvimento
Urbano e Meio Ambiente e, em 1989, o Instituto Brasileiro
25 do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
(IBAMA), originado da fusão da SEMA com a
Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e com o IBDF.
28 Em 1999, a questão ambiental passou a ser tratada no âmbito
de uma secretaria especial da Presidência da República, e, em
1992, ano da Conferência das Nações Unidas para o Meio
31 Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro,
foi finalmente criado o Ministério do Meio Ambiente.

Adriana Ramos. *Política ambiental. In: Almanaque Brasil
socioambiental.* São Paulo: ISA, 2008 (com adaptações).

Julgue os itens de **1 a 9**, relativos à tipologia e às ideias do texto
acima, bem como às estruturas nele empregadas.

- 1 Infere-se do texto que, além da administração pública, a sociedade civil participa da Política Nacional do Meio Ambiente no Brasil.
- 2 A expressão “política ambiental” (ℓ.1) exerce a função de sujeito da oração em que se insere.
- 3 Haveria prejuízo para o sentido original do texto caso o trecho “têm um papel a cumprir” (ℓ.7-8) fosse substituído por **são obrigadas a cumprir um papel**.
- 4 No texto, essencialmente narrativo, o clímax, identificado no último parágrafo, corresponde à criação do Ministério do Meio Ambiente.

- 5 O trecho “mecanismos para a gestão” (ℓ.10) poderia ser corretamente substituído por **mecanismos de gestão**.
- 6 Depreende-se da leitura do texto que a criação do Ministério do Meio Ambiente deveu-se à conferência realizada no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida como Eco-92.
- 7 A substituição do trecho “foi finalmente criado o Ministério do Meio Ambiente” (ℓ.32) por **finalmente o Ministério do Meio Ambiente criou-se**, embora não prejudique a correção gramatical do texto, altera as relações sintáticas e o sentido original do período.
- 8 A oração “que estabeleceu a estrutura formal do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)” (ℓ.17-19) classifica-se como adjetiva explicativa, o que justifica o fato de estar empregada entre vírgulas.
- 9 A locução verbal “foi criado” (ℓ.23), empregada no singular para concordar com o núcleo do sujeito mais próximo a ela — “o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente” (ℓ.23-24) —, poderia ser corretamente substituída por **foram criados**, caso em que passaria a concordar com ambos os núcleos do sujeito composto da oração.

Os principais jornais brasileiros deram pouca atenção à 18.^a Conferência do Clima, que se realizou em Doha, no Catar. Os três maiores diários de circulação nacional mandaram repórteres para cobrir os debates e as deliberações, mas o noticiário obteve pouco destaque. Além disso, os editores voltaram ao antigo vício de isolar o material sobre a questão ambiental bem longe do noticiário sobre economia e política, que são as matrizes por onde devem passar as decisões governamentais e empresariais que podem ajudar a minimizar o efeito das mudanças climáticas.

Para buscar uma visão mais próxima da complexidade do grande desafio contemporâneo, os leitores precisariam acompanhar os relatos das redes de ativistas, que cobrem o evento com grande riqueza de detalhes. Mas, devido a certas especificidades típicas do próprio tema, que inclui o uso de expressões e siglas ainda pouco conhecidas, também a leitura desse material mais detalhado não é capaz, por si só, de revelar a abrangência do problema ambiental.

Assim, entre a abordagem genérica da chamada grande imprensa e as questões específicas analisadas por ativistas e especialistas nos meios digitais, o cidadão comum que não acompanha atentamente a evolução das conferências sobre o clima nem tem conhecimento dos acordos prévios e posteriores a esses eventos segue no escuro. No máximo, acaba declarando seu apoio a medidas de defesa do meio ambiente porque isso lhe parece politicamente correto.

Luciano Martins Costa. *Ainda um assunto marginal.*
Internet: <www.observatorioidaimprensa.com.br> (com adaptações).

Com referência às ideias e à tipologia do texto acima apresentado, julgue os itens de **10 a 15**.

- 10 O autor do texto considera ter havido retrocesso na forma como a imprensa, em geral, aborda as questões ambientais.

- 11 A disponibilidade de material detalhado sobre a conferência ocorrida em Doha não garante o entendimento da abrangência do problema ambiental.
- 12 O autor do texto conclui que o cidadão mal informado, ao declarar apoio às medidas de defesa do meio ambiente, não o faz plenamente consciente da relevância dessas medidas.
- 13 Conclui-se das ideias expressas no texto, que se caracteriza como dissertativo, que seu autor considera inadequado o tratamento dado pela “chamada grande imprensa” ao noticiário da 18.ª Conferência do Clima.
- 14 De acordo com o texto, o cidadão comum não é capaz de acompanhar o que se discute nas conferências que tratam de questões climáticas.
- 15 Depreende-se do texto que, se os jornais tratassem do tema ambiental nas seções de economia e política, o leitor se tornaria mais consciente da interdisciplinaridade entre meio ambiente, política e economia, e os efeitos das mudanças climáticas seriam reduzidos.

Serviço Público Federal

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN – Setor de Clubes Esportivos Norte, trecho 02, Ed. Sede do Ibama, bloco I
Caixa Postal n.º 09566 – CEP 70818-900 – Brasília-DF – Tel.: 61 3316-1212

Email: cgaa@ibama.gov.br

_n.º 313/2012/CGAA

Brasília, 6 de janeiro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Fulano de Tal
Chefe do Serviço de Proteção ao Patrimônio e ao Ambiente
Rua D, n.º 123,
34.100-100 – Goiânia – GO

Assunto: **Solicitação de serviço**

Senhor Chefe,

1. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, por meio de sua Coordenação-Geral de Ações Ambientais, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria solicitar cessão do espaço físico, bem como autorização para realização do X Congresso Brasileiro de Biodiversidade do Cerrado, nesta capital, no Espaço Aberto do Parque das Nascentes, no dia 12 de dezembro do corrente ano.

2. O evento destina-se à discussão das diretrizes do Programa de Meio Ambiente para o Cerrado brasileiro, que conta com a participação efetiva da sociedade civil organizada, sobretudo de ONGs e entidades de proteção ambiental, bem como das secretarias estaduais e municipais no entorno do bioma cerrado brasileiro, convidadas a oferecer sua contribuição para o evento.

Certos do deferimento do nosso pedido, aguardamos a autorização.

Respeitosamente,

Beltrano de Tal
Coordenação-Geral de Ações Ambientais

Em relação ao exemplo de correspondência oficial acima apresentado, julgue os itens de **16 a 20**.

- 16 O referido documento apresenta características de formatação, padronização e finalidade típicas de um aviso.

- 17 As informações do remetente constantes do cabeçalho do documento respeitam a normatização da redação oficial para o tipo de expediente em questão.
- 18 O fecho, “Respeitosamente”, está corretamente empregado, visto que o documento em apreço é endereçado a autoridade de mesma hierarquia da do remetente.
- 19 O texto do documento apresentado está adequadamente desenvolvido, com apresentação e detalhamento do assunto que motivou a comunicação, de forma clara, direta e concisa, e com conclusão que reitera a solicitação feita.
- 20 O vocativo, “Senhor Chefe”, e o pronome de tratamento “Vossa Senhoria” estão corretamente empregados no exemplo de correspondência oficial apresentado.

A respeito do novo Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012), julgue os itens a seguir.

- 21 O Congresso Nacional não aprovou um Código Florestal totalmente novo, haja vista que o anterior, datado de 1965, não foi totalmente revogado. Desse código, permaneceram em vigor, por exemplo, os tópicos relativos à ocupação de terras indígenas.
- 22 Mesmo com a aprovação de um novo Código Florestal, as divergências entre ambientalistas e ruralistas permaneceram, e o debate prosseguiu. Esse fato levou o governo federal a editar um decreto regulando a recomposição de áreas de proteção permanente.

No que se refere à Conferência Rio+20 e suas implicações para o meio ambiente, julgue os seguintes itens.

- 23 Uma das conquistas da Rio+20 foi o estabelecimento de um processo intergovernamental sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável global, a ser acordado pela Assembleia Geral das Nações Unidas.
- 24 Essa conferência foi marcada pela assinatura da Agenda 21, em que vinte e sete princípios relativos ao desenvolvimento sustentável foram assumidos por todos os Estados-membro presentes.
- 25 O governo brasileiro, sob o influxo da Rio+20, instituiu, por lei, a Política Nacional de Mudanças Climáticas, que estabelece para o país metas de redução de suas emissões de CO₂ até o ano de 2020.

Acerca da ética no serviço público, julgue os itens que se seguem.

- 26 Caso uma servidora pública comente com sua chefia imediata e com alguns colegas de trabalho que um servidor estaria assediando sexualmente uma colega de departamento, a conduta dessa servidora será antiética, pois prejudicará a reputação de um colega de trabalho.
- 27 Um servidor público que não apresente a declaração de bens e valores que componham seu patrimônio privado cometerá ato de improbidade administrativa que atentar contra os princípios da administração pública.
- 28 Considere que uma servidora pública, impedida de se ausentar de uma reunião de trabalho, tenha solicitado ao motorista à sua disposição, designado pelo órgão onde ela trabalha, para buscar sua filha no colégio. Nessa situação hipotética, a conduta da referida servidora foi antiética, pois ela desviou o motorista de suas atividades para atender a interesse particular.
- 29 No âmbito da administração pública federal, o servidor interessado deve solicitar a abertura de processo administrativo à sua chefia imediata, a quem cabe decidir sobre a formalização do pedido e o início do processo.
- 30 Quando um servidor define fins, prioriza valores e delimita regras de conduta conforme sua concepção particular de bem, ele age em consonância com princípios da ética pública.

No que se refere aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens seguintes.

- 31** O conceito de estado democrático do direito representa uma evolução do conceito de estado de direito e significa o Estado submetido a uma Constituição e aos valores nelas consagrados.
- 32** República é uma forma de governo fundamentada na igualdade formal entre as pessoas, na qual o poder político é exercido por meio de representação, em caráter eletivo e por um período determinado de tempo.
- 33** De acordo com o princípio federativo, os interesses dos entes federados não podem ser sobrepostos aos interesses da Federação, visto que o federalismo é baseado na relação de hierarquia entre o poder central, representado pela União, e as entidades que formam a Federação, representadas pelos estados e municípios.

De acordo com a CF, julgue os itens a seguir.

- 34** Considere que uma organização não governamental (ONG), cujo objetivo social seja a preservação do cerrado, constate que um grande produtor rural obteve, do órgão ambiental competente, licença para desmatar uma grande extensão de determinada área de proteção ambiental. Nessa situação hipotética, no intuito de evitar danos ao meio ambiente, a ONG deverá ajuizar ação popular, pleiteando a nulidade do ato administrativo que concedeu a licença ambiental.
- 35** A promoção da ação civil pública para a proteção do meio ambiente e o controle externo da atividade policial são funções institucionais do Poder Judiciário.
- 36** O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado um direito fundamental de terceira geração, em razão de ser baseado no interesse comum que liga e une as pessoas e ter caráter universal.

O IBAMA multou e interditou uma fábrica de solventes que, apesar de já ter sido advertida, insistia em dispensar resíduos tóxicos em um rio próximo a suas instalações. Contra esse ato a empresa impetrou mandado de segurança, alegando que a autoridade administrativa não dispunha de poderes para impedir o funcionamento da fábrica, por ser esta detentora de alvará de funcionamento, devendo a interdição ter sido requerida ao Poder Judiciário.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 37** A aplicação de multa e a interdição da fábrica pelo IBAMA decorrem do poder hierárquico de que o órgão dispõe como ente da administração pública indireta.
- 38** Estando o alvará concedido à fábrica eivado de nulidades, poderá o órgão ambiental que o concedeu revogá-lo.
- 39** Um dos atributos do ato administrativo executado pelo IBAMA na situação em questão é o da autoexecutoriedade, que possibilita ao poder público obrigar, direta e materialmente, terceiro a cumprir obrigação imposta por ato administrativo, sem a necessidade de prévia intervenção judicial.
- 40** A concessão de alvará de funcionamento constitui ato administrativo discricionário, razão por que tal ato somente pode ser anulado por autoridade administrativa.

Considerando os princípios que regem a administração pública e sua organização, julgue os itens subsequentes.

- 41** De acordo com o princípio da autotutela, o ato administrativo discricionário não é passível de controle pelo Poder Judiciário.
- 42** O princípio da moralidade e o da eficiência estão expressamente previstos na CF, ao passo que o da proporcionalidade constitui princípio implícito, não positivado no texto constitucional.
- 43** A criação do IBAMA, autarquia a que a União transferiu por lei a competência de atuar na proteção do meio ambiente, é exemplo de descentralização por serviço.

Acerca de competências e cooperação entre os entes públicos no exercício da Política Nacional do Meio Ambiente, julgue os itens seguintes.

- 44** O Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, que constitui instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, é gerenciado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- 45** É cabível a celebração de convênios entre o IBAMA, estados e municípios para o desempenho de atividades de fiscalização ambiental, podendo o IBAMA repassar a esses entes parcela da receita proveniente da taxa de controle e fiscalização ambiental.
- 46** A repartição constitucional das competências ambientais privilegia a observância das peculiaridades regionais e locais; logo, a uniformidade da política ambiental é inadequada no Brasil, devido à grande diversidade paisagística e cultural.

Acerca dos deveres e responsabilidades dos servidores encarregados do poder de polícia ambiental e de atividades relacionadas, julgue os itens subsequentes.

- 47** Conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para atividades, obras ou serviços cuja realização dependa de ato autorizativo do poder público, é crime, ainda que não tenha havido dolo.
- 48** Os funcionários de órgãos ambientais integrantes do SISNAMA designados para a fiscalização têm competência para iniciar a apuração de crimes ambientais mediante lavratura de auto de infração ambiental.
- 49** A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental será obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.
- 50** Considere que determinada entidade pública tenha recebido um pedido de acesso a informação contida em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental e esses documentos estejam disponibilizados em formato impresso ou eletrônico na Internet, a referida entidade ficará desonerada de fornecê-lo diretamente ao requerente, bastando que este seja informado, ainda que oralmente, do local e da forma de consulta.